

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

PARECER nº 024/2017

Processo nº 033/2017

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

01.03.2017

ÀS **10:00** Horas

Ass.: **LS**

O Excelentíssimo Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 027, de iniciativa do Vereador EDUARDO VIRISSIMO (Vice Presidente da Câmara), o qual **INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE HORTA COMUNITÁRIA, MEDIANTE APROVEITAMENTO DE TERRENOS DOMINIAIS OCIOSOS DO MUNICÍPIO E DE TERRENOS PARTICULARES OCIOSOS.**

O presente Projeto de Lei, visa instituir no Município de Bento Gonçalves, o Programa de Horta Comunitária, que consiste no cultivo e produção de alimentos orgânicos – hortaliças, verduras e legumes – e de extrativismo de forma segura, voltada ao autoconsumo, trocas, doações e comercialização eficientes, sustentável, com aproveitamento dos recursos e insumos locais, nos espaços intraurbanos e periurbanos de nossa cidade, mediante o aproveitamento de terrenos dominiais ociosos no município e de terrenos particulares ociosos cedidos por seus proprietários.

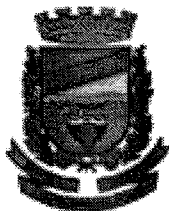
O Programa se organizaria e se estruturaria pelo Poder Executivo, através da Secretaria competente, inclusive com o apoio técnico para instalação, assistência e administração aos participantes do Programa.

Em sua justificativa, o Nobre Edil aduz que o presente Projeto de Lei tem como objetivo fazer com que os terrenos ociosos urbanos e periurbanos cumpram sua função social na cidade, estimulando a ocupação de referidas áreas de forma ordenada, trazendo mais vitalidade e aproveitamento à infraestrutura existente no município e também garantir a limpeza desses terrenos, através de um programa com o cultivo de hortaliças, verduras e legumes.

Porém, não obstante se reconhecer a extrema relevância da matéria em questão, a iniciativa do Nobre Edil no encaminhamento deste Projeto de Lei, por ser de origem legislativa, apresenta **“Vício de Origem / Iniciativa”**, na medida em que **o exercício de tal autonomia se dá mediante os limites da independência e harmonia entre os Poderes**, consoante disposto na legislação vigente que abaixo segue:

Constituição Federal:

Art. 2º – São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
 Palácio 11 de Outubro

Constituição Estadual do Rio Grande do Sul:

Art. 10 – São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Lei Orgânica Municipal de Bento Gonçalves:

Art. 2º – São poderes do Município, **independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.**
 (grifos nossos)

Por seu turno, referida Lei Orgânica Municipal destaca que as Leis de iniciativa do Prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara, estando englobadas nesta categoria aquelas que disponham sobre a organização e funcionamento da administração municipal, bem como, sobre o planejamento e execução de serviços públicos municipais, senão vejamos:

Art. 57 – Compete privativamente ao Prefeito:

[...]

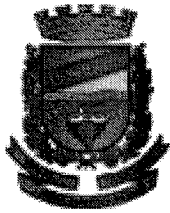
VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

[...]

X – planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

Verifica-se que o presente Projeto de Lei, na forma aqui exposta, consiste em **iniciativa ilegítima de autoria, porquanto parte do Legislativo a autoria do Projeto de Lei**, razão pela qual não há como se deixar de concluir por sua **inviabilidade técnica**, tendo em vista **VÍCIO DE INICIATIVA** da proposição, com tentativa de atribuir funções de um Poder sobre o outro, ofendendo o princípio da independência e harmonia entre os Poderes.

A respeito, Hely Lopes Meirelles (in: Direito Municipal Brasileiro. 16ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008, pp. 438-440 e 676) afirma que “[...] a interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções (CF, art. 2º)”, logo após complementando que no tocante à Câmara de Vereadores, “[...] o que não pode é prover situações concretas por seus próprios atos ou impor ao Executivo a tomada de medidas específicas de sua exclusiva competência e atribuição. Usurpando funções do Executivo ou suprimindo atribuições do prefeito, a Câmara praticará ilegalidade reprimível por via judicial”. Assim, conclui o nobre doutrinador quanto aos efeitos advindos da desobediência das atribuição de poderes em projetos de Lei, referindo que “[...] **a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade de lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto**” - grifos nossos.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Portanto, pela forma aqui exposta, parte-se do princípio de que a independência e harmonia entre os Poderes pressupõem ingerência nos assuntos internos de um Poder pelo outro, **inferindo, portanto, ilegítima a iniciativa do Legislativo para o projeto de lei ora em exame**, fato que obsta as demais análises, **concluindo-se pela sua inviabilidade técnica face o VÍCIO DE ORIGEM / INICIATIVA** da proposição.

Consigna-se, com a devida vênia, que referido Projeto de Lei apresenta erros ortográficos e de concordância, senão vejamos:

- No Art. 5º do Projeto de Lei, verifica-se a necessidade de se acrescentar vocábulo junto ao *caput*, a fim de que passe a ter o seguinte teor: “O Programa Horta Comunitária tem como objetivos principais:”;

- No Art. 7º do Projeto de Lei, verifica-se a necessidade de se retificar a palavra “reservados” para “resservados”;

- No Art. 8º do Projeto de Lei, verifica-se a necessidade de se retificar a expressão “em quanto” para “enquanto”, bem como, a palavra “reservados” para “resservados”.

Desta feita, considerando os aspectos acima, esta Assessoria entende que, do ponto de vista jurídico, o presente Projeto de Lei, que **INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE HORTA COMUNITÁRIA, MEDIANTE APROVEITAMENTO DE TERRENOS DOMINIAIS OCIOSOS DO MUNICÍPIO E DE TERRENOS PARTICULARES OCIOSOS**, por apresentar “vício de origem / iniciativa”, **NÃO POSSUI CONDIÇÕES REGULARES DE TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO.**

s.m.j., é o parecer.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, no primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Adv. Dr. Kleber Ben - OAB/RS 64.438
Coordenador do Departamento Jurídico

Adv. Dr. Jaime Zandonai
Procurador Jurídico